

RELAÇÕES SOCIO-ECONÓMICAS NUMA REGIÃO INDUSTRIAL EM TRANSFORMAÇÃO — O CASO DA COVILHÃ *

Isabel Duarte **

INTRODUÇÃO

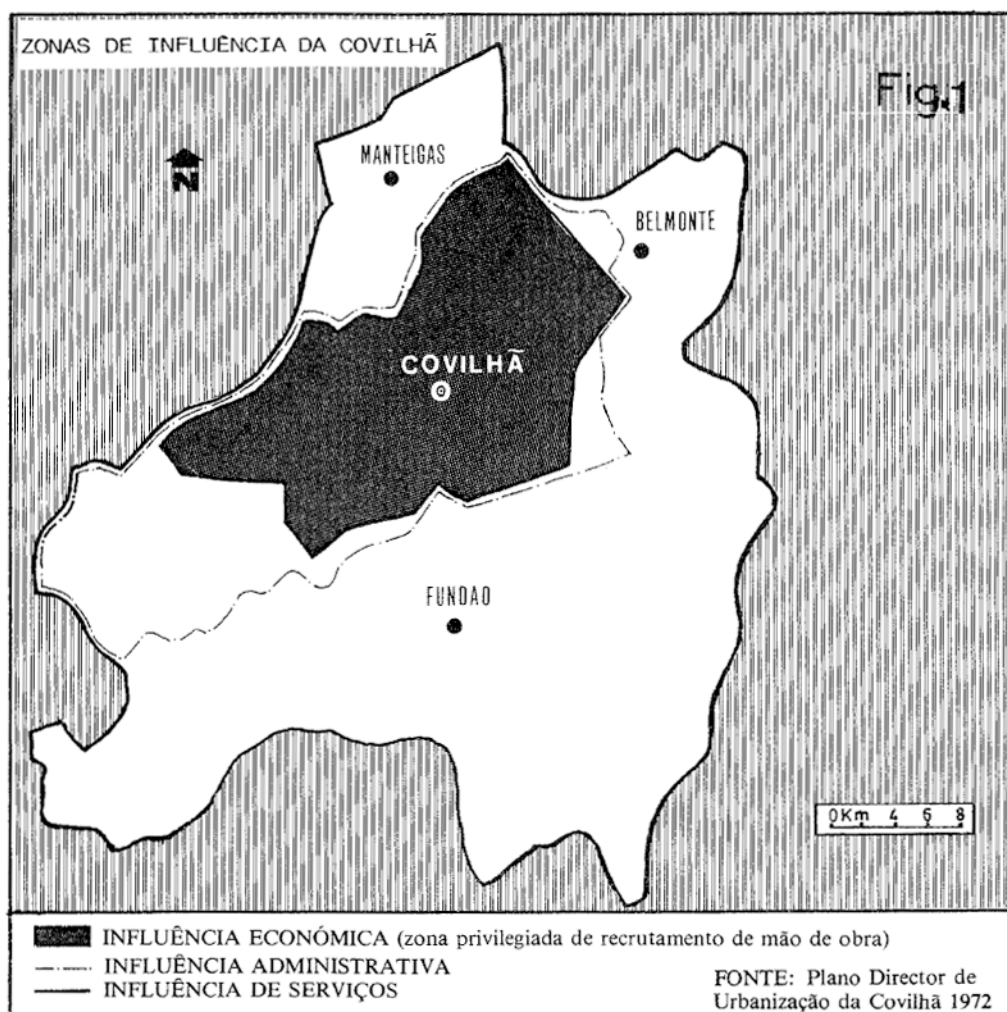
A zona industrial da Covilhã é um enclave no território nacional, num país onde as assimetrias litoral/interior são muito profundas, com o desenvolvimento e riqueza concentrados no litoral. Num interior votado ao abandono e com uma agricultura estagnada, a zona em questão é quase uma excepção pelos seus índices industriais e urbanos, só comparáveis com outras zonas do litoral. Mas, e simultaneamente, ela apresenta um fraco desenvolvimento das suas forças produtivas, com estratégias do capital e da sua força de trabalho bastante singulares. Estão na base características históricas que será necessário compreender na sua articulação com as diferentes conjunturas do processo de desenvolvimento do país e em particular com o desenvolvimento do capitalismo em Portugal.

A Covilhã faz parte da denominada região da Cova da Beira que começou nos anos 50 a ser alvo de tentativas de definição de homogeneidades regionais, iniciando-se estudos para a implementação de um projecto de irrigação que dinamizaria a região. No entanto, a Cova da Beira continuou a caracterizar-se até meados dos anos 70, pela perda e envelhecimento da sua população, insuficiente rede de serviços e isolamento relativo face às zonas mais desenvolvidas do país.

No seio da Cova da Beira, do distrito ou de grande parte do interior do país, só o concelho da Covilhã apresenta uma realidade industrial significativa, numa situação típica de mono indústria. A indústria têxtil ocupava ainda 87 % do emprego industrial do concelho em 1977, e, dentro deste, apenas quatro freguesias vizinhas à cidade se apresentavam como zona privilegiada de recrutamento de mão de obra.

* Este trabalho foi realizado no contexto académico de um ano prévio ao doutoramento, na Universidade François Rabelais de Tours.

* ISCTE/CIES



Nos distritos do interior só Évora e Covilhã ultrapassavam os 20 000 habitantes em 1970. Em todo o período Salazarista a Covilhã forneceu 66% do total de lanifícios do país¹, mas não demonstrou, apesar de tudo, capacidade para engendrar localmente a elevação do nível de vida da população que manteve sempre a níveis bastante precários. Com um mercado de trabalho quase exclusivamente dependente do sector têxtil, a população industrial do concelho vai ainda conhecer dificuldades acrescidas com a crise generalizada do sector no pós 25 de Abril de 1974, na continuidade de uma conjuntura particularmente instável que já se vinha sentindo desde meados dos anos 60. No entanto, os anos 80 têm indiciado importantes alterações, com mudanças já perceptíveis a diferentes níveis da vida local...

Trata-se de uma indústria em meio rural, mas de uma indústria tradicional e em crise, face a uma problemática de desenvolvimento e regio-

nalização. Ter uma perspectiva histórica do desenvolvimento produtivo, caracterizar o polo central e zonas de influência, conhecer as dinâmicas da população e as suas estratégias de sobrevivência e compreender as recentes alterações a diferentes níveis da vida local são elementos que, inseridos no contexto nacional e no panorama internacional, nos surgem como indispensáveis para a procura de uma cultura regional. De uma cultura regional dado que compreender a cultura de uma região através, nomeadamente, das suas raízes na memória colectiva, dos seus bloqueios e potencialidades, se tem vindo a afirmar como elemento fundamental para a desenvolvimento local, onde o sentimento de pertença poderá engendrar uma dinâmica insubstituível.

Este texto, resultante de uma pesquisa recentemente iniciada, não pretende apresentar conclusões ou elaborados desenvolvimentos analíticos da problemática referida, mas tão somente articular um conjunto de variáveis que nos parecem pertinentes para uma primeira aproximação à região em estudo.

1. O ENCLAVE DA COVILHÃ: SOBREVIVÊNCIA DE UMA INDÚSTRIA TRADICIONAL NUM MUNDO RURAL AO ABANDONO

Supõe-se que os teares da Covilhã tenham começado a trabalhar desde os primórdios da nacionalidade. A existência de duas ribeiras no percurso acidentado e montanhoso poderão estar na origem da fundação da secular indústria na região.

Os lanifícios, sustidos pelo protecçionismo do Conde da Ericeira e do Marquês de Pombal, sobreviveram à concorrência britânica dos séculos XVIII e XIX graças sobretudo ao isolamento da região, como defende M. V. Cabral².

Portugal confrontou-se com o mesmo mal que devastou todas as indústrias têxteis de diferentes países depois da Revolução Industrial Inglesa: viram-se limitadas a procurar substitutos domésticos para as importações britânicas, em vez de se estenderem para novos mercados. O mercado colonial escoava os produtos de baixa qualidade, o mercado interno encontrava-se fragmentado em regiões e classes e confrontávamo-nos com os mercados europeus e norte-americanos altamente competitivos e de melhor qualidade³.

É na segunda metade do séc. XIX que o crescimento ressurgiu com a construção de numerosas manufacturas. As indústrias do tabaco e dos têxteis vão progredir no país até finais do século, coincidindo com o protecçionismo aduaneiro e o novo mercado colonial. Procurou, na altura, atenuar-se o já grande desfasamento tecnológico, e é inaugurada na Covilhã a primeira escola industrial do país em 1885.

A. Uma evolução *sui generis* da população activa em Portugal

O primeiro quartel deste século mostra uma evolução bastante singular da distribuição da população activa portuguesa.

A uma diminuição de activos no sector primário não correspondeu um crescimento de activos no secundário, que chega mesmo a diminuir. Os anos que se seguiram à República apresentam, em contrapartida, um forte crescimento do terciário, de 9,5 % para 37 % entre 1900 e 1930⁴, sobretudo no sector público. Numa legislação que se afirmava para o povo assistiu-se à criação de diversos organismos que se estenderam a todo o território em sectores fundamentais como a administração ou a educação. Tal evolução não justifica, no entanto, a diminuição da população activa empregue no secundário que passa de 19,4 % para 17 % em igual período⁵. Houve de facto um decréscimo da actividade industrial numa conjuntura política agitada, marcada por forte reivindicação operária e pelo desinteresse da burguesia industrial.

A República conhece, para além dos conflitos internos, conjunturas internacionais desfavoráveis a uma recuperação da economia e o salazarismo surge como o «salvador» da Nação. Salvador da crise e do comunismo que justifica a forte repressão implantada, optando-se deliberadamente por um isolamento do país que se queria ruralista.

Durante a grande depressão dos anos 30 recusa-se definitivamente, em Portugal, a filosofia liberal. Procurou-se proteger o empresário que passa a usufruir de concorrência limitada, baixos salários, greves interditas e sindicatos inexistentes. Nesta conjuntura, a população activa operária sofre um acréscimo de +23 % entre 1940 e 1950⁶, mas acentuando a já notória assimetria nacional, à excepção da zona da Covilhã que claramente se destacava no panorama rural dos distritos do interior do país. A indústria da Covilhã conhece, nesta fase, os seus tempos mais «prósperos»...

Mais prósperos para a produção mas não tanto para os seus operários. Tal como se refere num estudo sobre uma outra região têxtil do país, no Vale do Ave, o pastoreio ou a agricultura de subsistência não deixavam aos trabalhadores grandes alternativas de melhorarem as suas condições de vida. E o trabalho na fábrica, o salário têxtil, apresentava-se como única possibilidade de ascensão sócio-económica⁷. Na Covilhã, no entanto, os operários estavam sujeitos a salários ainda mais baixos que os do resto do país como principal medida face ao distanciamento dos principais mercados nacionais, para além de, segundo M. V. Cabral, trabalharem pelo menos doze horas mais por semana que os seus homólogos da Europa do Norte⁸.

As reivindicações operárias serão totalmente ignoradas a partir, sobretudo, dos anos 30, onde o salazarismo não lhes facilitou a vida. Como se refere a propósito das greves no Vale do Ave, o único motivo suficientemente forte para provocar o movimento de classe era o mesmo que o utili-

zado para o reprimir: a subsistência física⁹. O fim da II Grande Guerra não traria, ainda, as melhorias à tanto prometidas...

Um esquema social, político e económico tão fechado como o preconizado pelo Salazarismo não permitia acompanhar a modernização da Europa do pós-guerra. Os anos de ouro do regime vão durar até à década de 50 quando se começam a fazer sentir mudanças, mas ainda mais latentes que manifestas.

B. A inserção do país no mercado mundial

O desenvolvimento industrial que se faz sentir depois dos anos 50 não foi tanto o resultado de uma estratégia deliberada do poder como uma necessidade de adaptações sucessivas da economia a exigências nacionais e internacionais. Para lá da faixa litoral entre Setúbal e Braga continua a reinar uma agricultura tradicional, como assimetrias a todos os níveis da vida social, cultural e económica que, a par com uma emigração crescente, impuseram profundas carências no nível de vida da maioria da população.

A partir dos anos 60 constata-se uma mudança de orientação da economia portuguesa, no que concerne, principalmente, à sua inserção na economia capitalista mundial. Modificações estruturais engendram alterações, coincidindo com o início da guerra colonial e com a um boom europeu que apeia à emigração. Afirmou-se de algum modo um modelo exportador, mas a indústria vai continuar a crescer num quadro de contenção de salários e preços e num apertado controlo social e político.

Nos finais dos anos 60 o crescimento económico é inegável, novas indústrias são criadas utilizando mais capital e uma mão-de-obra mais qualificada. Isso não significa, no entanto, um qualquer projecto de transformação social. O produto agrícola estagna, provocando o êxodo rural que a expansão da indústria no litoral não absorve inteiramente, engrossando a emigração cuja importância é bem dramática no Portugal dos anos 60.

Que dizer, afinal, dos anos 60 em Portugal? Houve uma certa abertura, é certo, crescimento económico, grupos económicos interessados em mudar a mentalidade tradicional e conservadora das classes no poder. A mudança estava em curso mas não chegou ainda a passar das intenções: uma industrialização circunscrita no litoral, com a maioria das empresas artesanais, salários muito baixos, uma agricultura em regressão e uma emigração/migração massiva, dificuldades financeiras do Estado suscitadas pela guerra colonial que reforçam a assimilação de Portugal no espaço económico europeu, o interior praticamente fechado à melhoria das condições de vida, são fenómenos contrastantes no processo da década de 60.

Numa conjuntura onde dominava o *boom* económico do após-guerra, a Europa industrializada foi palco de debate das grandes esperanças nas alternativas político-ideológicas e no desejo de mudar a vida e a sociedade. Portugal, pelas suas condições económicas, políticas e sociais que lhe são

apanágio há já muito tempo, não acompanhou este fervilhar. No entanto, transformações culturais induzidas pela expansão industrial e urbana e pela intensificação do contacto com o exterior (relações comerciais, afluência de capital estrangeiro, adesão à EFTA, turismo, emigração, guerra colonial) conduziria ao acumular de forças no sentido da mudança cada vez mais exigida por diferentes grupos em presença.

C. O lugar da Covilhã num crescimento económico desordenado

A região da Cova da Beira e o distrito de Castelo Branco registaram nas últimas três décadas perdas contínuas de população, especialmente nos anos 60, onde se assiste a uma diminuição de quase -20 %. Este fenómeno repulsivo tem sobretudo a ver com a emigração que afectou todas as regiões do interior do país, provocando um decréscimo de -2,6 % na população nacional. Quanto à cidade da Covilhã, ela demonstra uma dinâmica demográfica bem diferente das regiões envolventes.

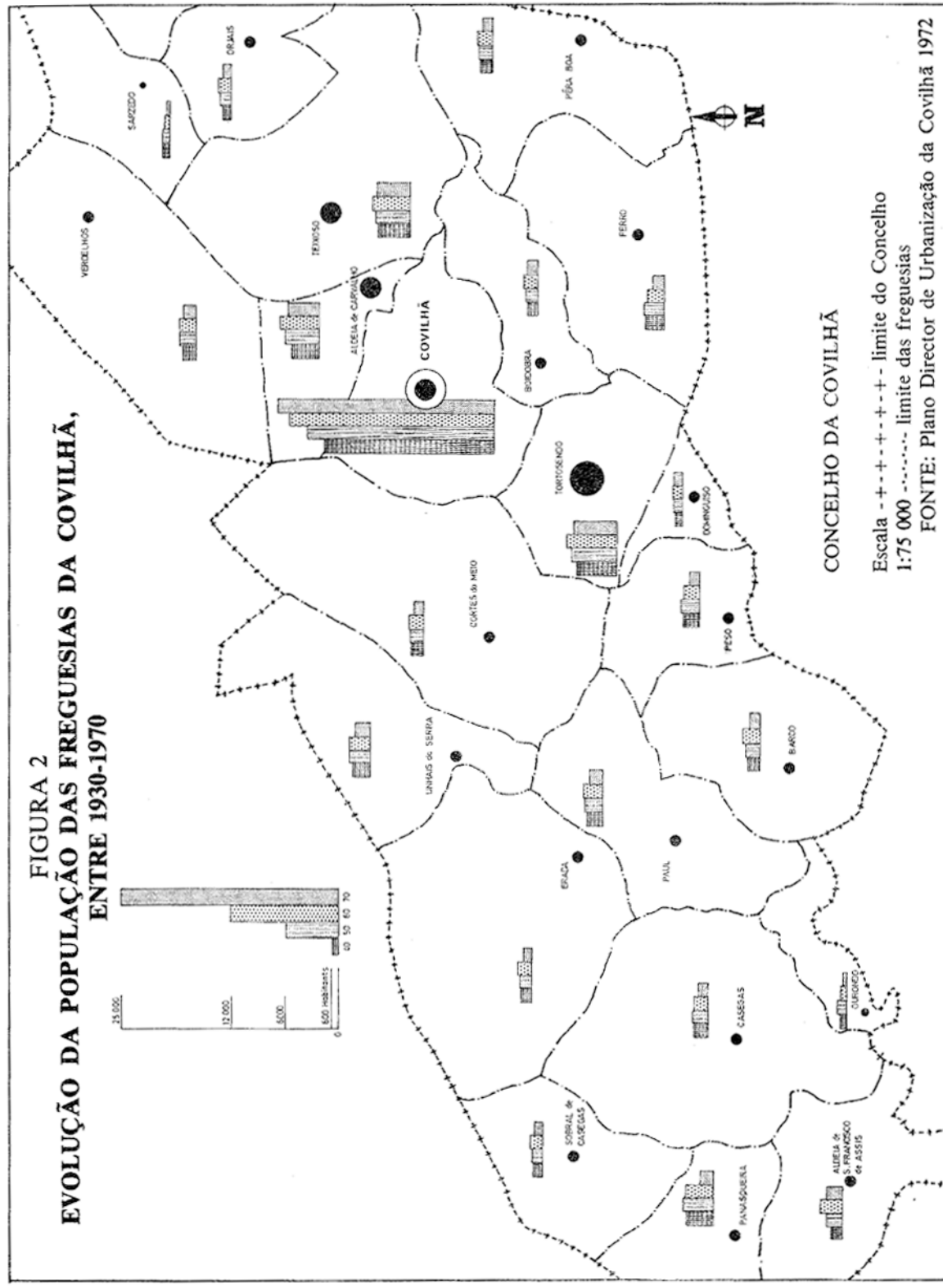
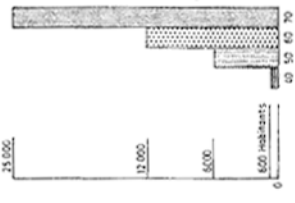
Na Cova da Beira, a um decréscimo no conjunto da população corresponde sempre uma diminuição da população activa total. Verifica-se na maioria dos concelhos uma diminuição da percentagem de camadas jovens e um aumento das camadas mais idosas. Esta situação é tanto mais grave quanto ela incide sobretudo nos grupos em idade activa mais jovens, entre os 20 e 39 anos, com incidência superior no sexo masculino. Este facto será o principal responsável pela diminuição notória da taxa de natalidade. No entanto, verifica-se que é o concelho da Covilhã, o mais industrial e urbanizado, que detém a melhor capacidade para reter a sua população, com uma menor diminuição dos adultos e jovens. O concelho da Covilhã não sofreu um decréscimo na sua população activa como aconteceu no distrito e no país na década de 60.

A população do concelho da Covilhã cresce ainda +6,4 % nos anos 50, mas conhece logo a seguir uma perda de -14,2 % nos anos 60. A cidade, por seu lado, aumenta +10,3 % nos anos 50 e continuará a crescer nos anos 60 com um acréscimo de +6,4 %. Mas embora a cidade apresente um saldo positivo, isso não significa que a emigração tenha afectado sobretudo os activos do sector primário do concelho, à semelhança do que acontece no distrito. Com efeito, a população das freguesias rurais de maior recrutamento da mão-de-obra para a indústria têxtil vai também reduzir-se, afectando maioritariamente os activos do sector secundário.

A maior expansão da Covilhã verificou-se entre os anos 40 e os anos 60, com um acréscimo da sua população de +20,7 % entre 1940 e 1960, atingindo +43,5 % na Aldeia de Carvalho, coincidindo com os períodos de maior prosperidade na indústria têxtil.

Em Portugal, a expansão industrial dos anos 60 não se traduziu, como vimos, num crescimento económico que arrastasse o sector agrícola num desenvolvimento global, apresentando insuficiências progressivas face à

FIGURA 2
EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DAS FREGUESIAS DA COVILHÃ,
ENTRE 1930-1970



procura interna. No distrito de Castelo Branco o sector primário empregava ainda 49,5 % da população activa em 1968 e 53 % dos dirigentes das explorações agrícolas da Cova da Beira têm mais de 55 anos, com 60,8 % de analfabetos nos que exploram as propriedades com menos de 20 ha, numa estrutura fundiária onde 96,2 % das explorações tem menos de 20 ha¹⁰.

A situação do concelho é uma vez mais específica, tendo 23,3 % dos activos no sector primário e 52,6 % no sector secundário em 1970, face aos 32,2 % do país.

O peso do sector secundário no concelho não é homogéneo, concentrando-se sobretudo na cidade e nas zonas limitrofes. Como já foi referido, das 28 freguesias que constituem o concelho da Covilhã, só as freguesias urbanas (quatro) e as quatro freguesias mais próximas da Covilhã (Tortozendo e Unhais da Serra a Oeste, Aldeia de Carvalho e Teixoso a Este) contêm uma percentagem significativa da sua população empregue no secundário.

É a partir de meados dos anos 60 que a crise se acentuará, devido sobretudo à não racionalização dos processos de fabrico e a uma forte dependência dos mercados estrangeiros. Enquanto que em 1940 a Covilhã representava 62 % da produção nacional, em 1970 não produz mais de 35 %¹¹ o que significa que para além da concorrência exercida pelas novas regiões têxteis fortemente desenvolvidas nos anos 60 em diferentes pontos do globo, em Portugal também a produção têxtil se vai desenvolver noutras regiões do país, retirando à Covilhã o seu tradicional lugar de privilégio.

Nos anos 70 estas diferenças modificar-se-ão significativamente. Elas tinham sido mantidas por uma indústria que vai conhecer graves perturbações.

II. AGITAÇÃO E MUDANÇA NO MUNDO DA COVILHÃ

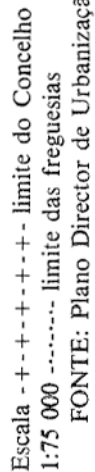
A. Os novos caminhos da sociedade portuguesa

A sociedade portuguesa encontra-se bloqueada no seu desenvolvimento global até aos anos 70. Com o 25 de Abril de 1974, mudanças profundas vêm alterar o sistema económico, social, político e cultural do país. A democracia política é instituída, o processo de descolonização e de nacionalização começa, a reforma agrária é exigida, comissões de trabalhadores e sindicatos livres organizam-se, surgem formas cooperativas de produção, as relações de força e as mentalidades mudam.

Os salários, sempre sujeitos em Portugal a uma forte contenção, conheceram com a revolução um rápido aumento, originando uma redução significativa da sua tradicional dispersão.

A Covilhã vai também conhecer, nos primeiros anos da revolução, uma verdadeira explosão reivindicativa por parte dos trabalhadores, agora salvaguardados pelas profundas mudanças que o país imprimia. Em Maio

FIGURA 3



de 1974, cerca de 10 000 trabalhadores das fábricas de lanifícios da região da Covilhã fazem greve intermitente e exigem aumentos salariais. Após duas semanas de greve apenas 8000 operários retomaram os seus postos de trabalho¹². Tal como esta, muitas lutas não terão conduzido a melhorias significativas, dado que as empresas faliem em série, como desfecho de uma crise já iniciada nos anos 60. As empresas sobreviventes garantiram, apesar de tudo, melhores salários e maior estabilidade dos postos de trabalho.

B. O contexto de crise internacional

O fim tão esperado do antigo regime vai surgir num momento onde, paralelamente com a necessidade de definir uma política para o país, se dá a recessão internacional generalizada, num contexto proteccionista, nascido da crise de 1973. Portugal vai também sofrer as consequências, reflectindo-se principalmente na diminuição da procura de produtos portugueses e na vertiginosa subida do preço das matérias-primas importadas, na queda das receitas do turismo e das remessas dos emigrantes, face à desconfiança política sentida então, por diferentes grupos económicos.

Enquanto que antes de 1974 a emigração e o exército colonial permitia baixos índices de desemprego em Portugal, assistiu-se, depois, a uma brusca mudança desta situação. O retorno de meio milhão de pessoas oriundas das ex-colónias, o fim do poder de absorção dos trabalhadores portugueses pelas economias europeias e o retorno crescente dos emigrantes desde 1972, modificaram profundamente a situação do mercado de trabalho. O retorno ao país de quase um milhão de pessoas entre 1970 e 1975 proporcionou um acréscimo substancial na população activa. Embora não tenha havido uma diminuição dos postos de trabalho, teriam sido necessários avultados investimentos que não se realizaram.

Assistiu-se até 1975 a um agravamento da balança de pagamentos, com um aumento de consumo e um menor investimento, acompanhados ainda por um declínio acentuado das exportações.

O 25 de Novembro de 1975 marca uma importante viragem política e económica no processo vivido em 1974 e 1975. A percentagem dos salários no rendimento nacional vai conhecer decréscimos sucessivos, acompanhado por uma elevada percentagem de trabalhadores que com mais de 20 anos, recebem salários inferiores ao salário mínimo nacional. O sector dos têxteis destaca-se com 66,2 % (49,9 % nos homens e 83 % nas mulheres)¹³.

Neste contexto também a Covilhã vai impor salários inferiores ao estipulado por lei, estratégias de contratos de trabalho de curta duração e passa a assistir-se a violentos confrontos entre os grevistas e as forças policiais.

A exportação para o Mercado Comum aumenta progressivamente nos finais dos anos 70 e em 78 é o sector têxtil que mais contribui, com 32 % do valor total¹⁴. Este sector conseguiu ultrapassar as dificuldades sentidas com

a perda das colónias. Mas são sobretudo as indústrias têxteis de algodão, no litoral norte, que vão beneficiar dos novos mercados. As indústrias de lanifícios da Covilhã, num período de profunda indecisão, vão limitar-se a uma sobrevivência difícil.

C. A Covilhã dos anos 80

C.1. Uma população urbana e industrial em decréscimo

A zona industrial da Covilhã, que durante as últimas décadas tinha demonstrado uma dinâmica demográfica bastante superior à verificada no restante interior do país, vai conhecer uma inversão significativa no seu processo de crescimento.

É a cidade que vai demonstrar uma maior mudança. Quando toda a população do interior diminuía nos anos 60, a Covilhã aumentava ainda. Mas nos anos 70, e ao contrário do elevado crescimento demográfico do país, ela vai apresentar um saldo negativo de $-8,2\%$, com o concelho a diminuir ainda $-2,5\%$. A indústria têxtil em crise, uma agricultura de subsistência e a insuficiente implementação de alternativas produtivas na zona industrial da Covilhã porão em causa o seu tradicional lugar de excepção.

Apesar de tudo, a estrutura etária da população do concelho da Covilhã mantém-se mais jovem que a do distrito. Enquanto no distrito de Castelo Branco $20,4\%$ da população local tem menos de 15 anos e $22,6\%$ mais de 60 anos, no concelho da Covilhã estes grupos etários correspondem a $23,5\%$ e $16,4\%$ respectivamente. A taxa de actividade também se mantém superior à do distrito embora os efectivos da população activa do concelho tenham sofrido um decréscimo em relação aos valores de 1970. (ver Fig. 4)

C.2. Um mercado de trabalho que se diversifica

A distribuição da população activa pelos sectores de actividade nos anos 70 vem acentuar a tendência que já na década anterior se tinha feito sentir no concelho da Covilhã: o sector primário perde $54,6\%$ dos seus efectivos, ocupando agora $11,2\%$ do total da população activa ($31,8\%$ no distrito); o emprego não diminui no sector secundário que concentra agora $56,6\%$ do total da população activa; é o terciário que conhece um maior crescimento com $+26,2\%$ em relação aos activos verificados no sector em 1970. (ver Fig. 5)

O concelho mantém a supremacia do sector secundário, com diferenças significativas face ao distrito (39% de activos neste sector) e às médias nacionais ($36,5\%$). É no entanto necessário compreender a evolução verificada nos diferentes ramos industriais para nos apercebermos que o sector

FIGURA 4
TAXA DE ACTIVIDADE E ESTRUTURA DA POPULAÇÃO COM
MENOS DE 15 ANOS E MAIS DE 60 ANOS
(Concelho da Covilhã e Distrito de Castelo Branco)

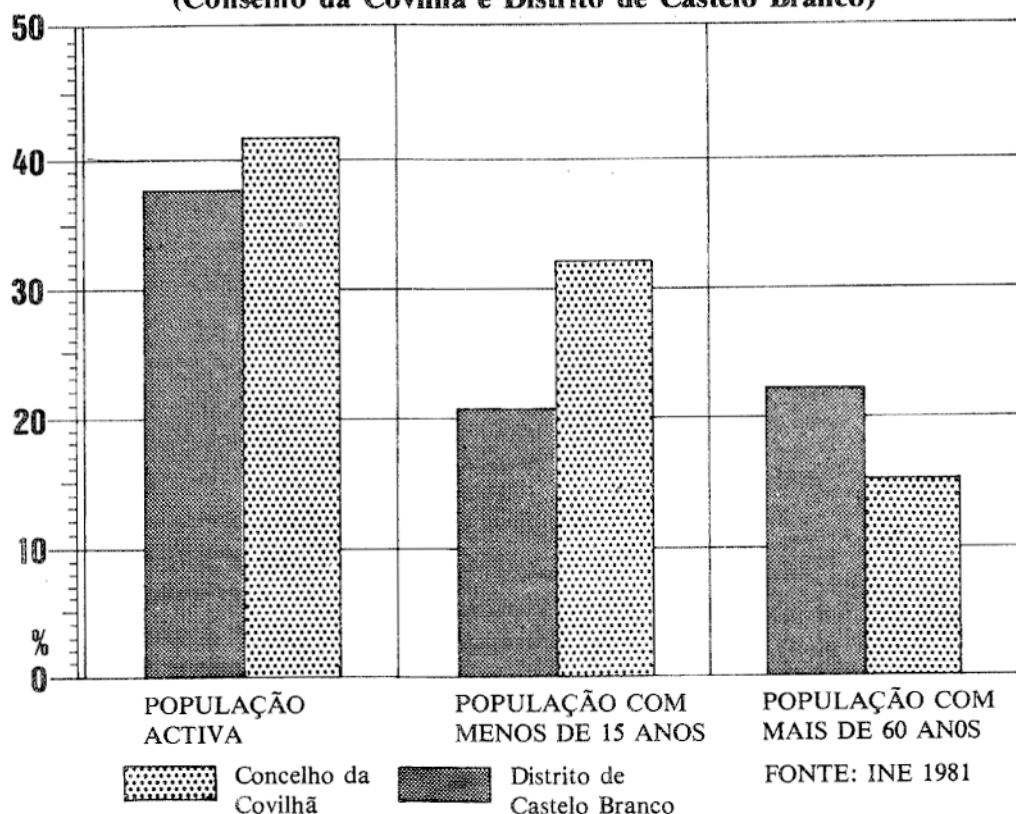
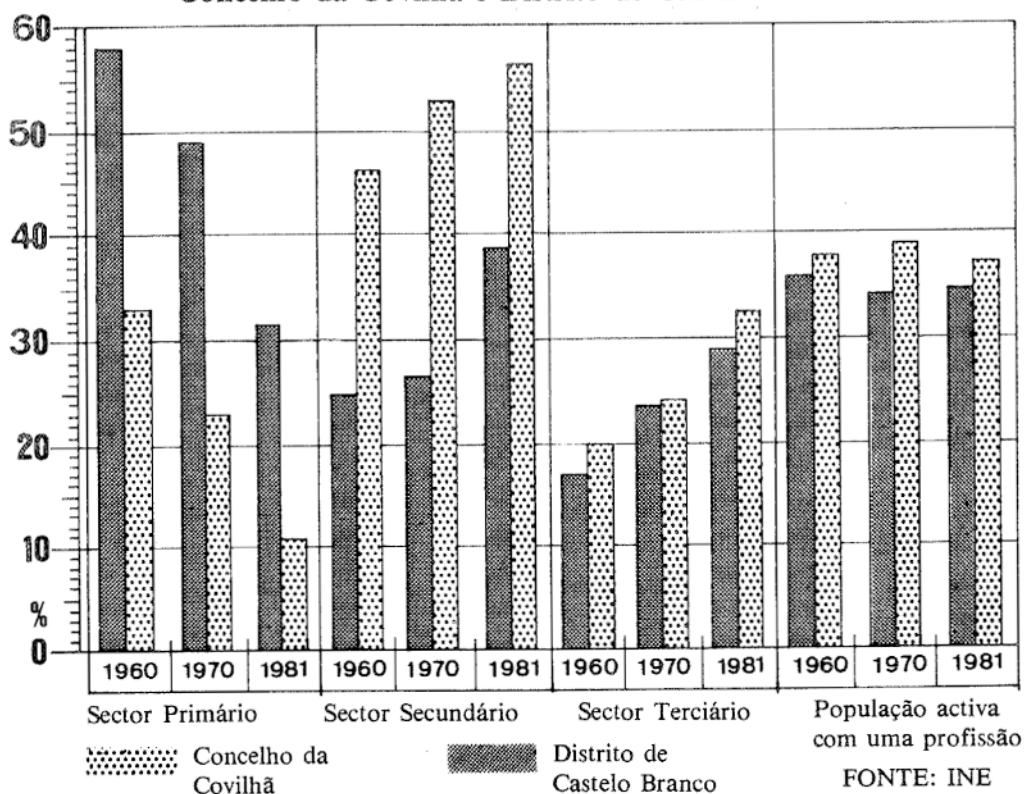


FIGURA 5
REPARTIÇÃO E EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO ACTIVA
OR SECTOR DE ACTIVIDADE ENTRE 1960-1981
Concelho da Covilhã e Distrito de Castelo Branco



têxtil se confronta com uma significativa perda da influência exercida até finais dos anos 60.

Com efeito, ao aumento de peso do sector secundário na população activa corresponde um crescimento real dos seus efectivos, mas noutros ramos industriais que não o dos têxteis. O emprego diminui consideravelmente neste ramo nos anos 70. Em 1972, a indústria têxtil do concelho compreendia 122 estabelecimentos, com um total de 9002 trabalhadores, enquanto que em 1984, não se regista mais de 87 empresas e 6768 pessoas ao serviço. Ao nível nacional, o emprego no sector têxtil aumentou + 12,6 % nos anos 70 e em 1981 o concelho da Covilhã não contribuía com mais de 4 % do emprego no sector¹⁵.

Mesmo assim, o sector têxtil totaliza ainda, em 1984, 81 % do emprego nas indústrias transformadoras que constituem 82,4 % da população industrial do concelho. (ver Fig. 6)

São os sectores da confecção e do calçado que, no interior das indústrias transformadoras, conhecem um maior aumento, com 11,5 % do emprego em 1984. Este facto é bastante notório nos outros dois concelhos da Cova da Beira, onde estas indústrias detêm um papel muito importante nas economias locais. Elas surgem maioritariamente depois do 25 de Abril e têm demonstrado potencialidades de desenvolvimento. Poderão mesmo vir a jogar um papel importante na reconversão do sector têxtil.

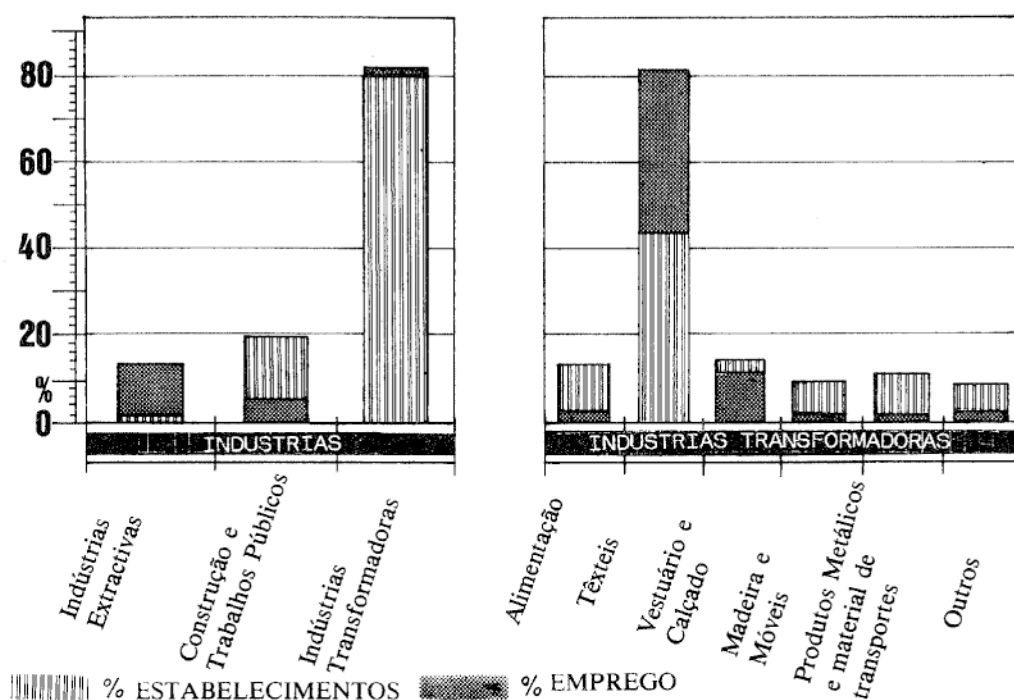
O sector da indústria alimentar poderá também ocupar um lugar importante na região. Mudanças significativas nas formas de exploração da terra têm permitido aumentos de produtividade agrícola, quantitativa e qualitativamente importantes na região da Cova da Beira. A transformação industrial destes produtos agrícolas cresceu, embora se imponha uma prudente análise face à recente integração de Portugal no mercado comum.

O importante crescimento do sector terciário na Covilhã tem também um sentido profundo no contexto social e económico da região. Ocupa 32,2 % do emprego do concelho em 1981 e os anos 80 indicam ainda um crescimento no sector.

Este fenómeno corresponde a um importante aumento da quantidade e diversidade de bens e serviços oferecidos à população. As instituições bancárias crescem, o comércio aumentou bastante e o emprego no sector público sofreu igualmente acréscimos. Com a criação da Universidade da Beira Interior, o alargamento do Liceu Nacional da Covilhã, que depois do 25 de Abril se confrontou com a necessidade de corresponder à então exigida «democratização do ensino», e o surgimento de diversos organismos públicos de apoio à indústria, à agricultura e à cultura da Cova da Beira, a Covilhã passou a centralizar um conjunto importante de serviços. A sua influência diversifica-se e alarga-se do ponto de vista socio-espacial.

O nível de vida da população da região da Cova da Beira conheceu melhorias significativas depois do 25 de Abril mas apresenta ainda nos anos 80 insuficiências gerais. O velho parque habitacional da cidade da Covilhã degrada-se progressivamente e as habitações das famílias operárias

FIGURA 6
REPARTIÇÃO DOS EFFECTIVOS ASSALARIADOS
POR RAMO DE ACTIVIDADE
INDUSTRIAL NO CONCELHO DA COVILHÃ



FONTE: Ministério do Trabalho, 1984.

das freguesias rurais vizinhas demonstram fracas condições de habitabilidade. As ligações viárias entre aldeias são ainda de má qualidade e os equipamentos culturais, recreativos ou sanitários aí inexistentes.

As vicissitudes de uma região

A Covilhã é um dos lugares que em Portugal mais cedo conheceu a actividade industrial. Quando durante todo o século XIX Portugal se caracterizava por uma indústria de tipo artesanal, só a Covilhã e a Marinha Grande eram excepção. Especializada durante séculos no fabrico de lanifícios, a Covilhã foi um dos grandes centros urbanos mais importantes do país e conheceu períodos de maior ou menor prosperidade, um pouco ao sabor dos governantes, em função dos rendimentos das colónias ou de imposições políticas económicas externas.

Nos anos 40, a Covilhã representava ainda 66% do fabrico de lanifícios do país¹⁶. No entanto, a indústria têxtil da Covilhã não acompanhou a modernização do sector e manteve sempre um papel de segundo plano no contexto internacional. E a sobrevivência quotidiana foi sempre uma preocupação constante na vida dos operários.

O crescimento económico que se fez sentir nos anos 60 em Portugal não foi vivido pelas gentes da região. A indústria não o permitiu e ela própria sentirá os primeiros abalos com a concorrência crescente dos novos produtores mundiais. A emigração instala-se, a agricultura estagna e a vida urbana é um quotidiano sem vida...

O atraso sócio-económico das populações foi, na região, uma constante. Com o 25 de Abril a dinâmica nacional trará também à Cova da Beira benefícios básicos à sua população. No entanto, tais benefícios vão ser acompanhados pela crise declarada das indústrias da Covilhã, enquanto que outras zonas do país atingiam progressivamente o primeiro lugar na indústria têxtil nacional. Os anos 70 vão ser, na Covilhã, uma sucessão de confrontos sociais violentos e de marasmo dos políticos e industriais.

É nos anos 80 que mudanças importantes se tornam visíveis. A atenção do Estado às potencialidades agrícolas da região, a capacidade inovadora dos mais jovens e a concretização dos principais sonhos de numerosos emigrantes, dão à região da Cova da Beira a imagem de um futuro promissor. A Covilhã continuará o seu centro, mas agora muito mais apta para um real desenvolvimento integrado. O sector têxtil terá aqui o seu lugar, mas sofrerá ainda um forte processo selectivo.

* * *

Aos ingleses se atribuíram grande parte das dificuldades sentidas no passado das indústrias da Covilhã. Do Estado se tem dito que só as protegeu em tempos de crise comercial e que se mantém hoje inoperante. Do município, que as suas práticas segregadoras têm favorecido a marginalização crescente das camadas operárias. Da burguesia da Covilhã se diz mais propensa a gastos ostensivos que ao investimento produtivo. Do proletariado, que nunca o foi a 100%, não tendo por isso instaurado conflitos conducentes a uma capitalização e modernização do sector têxtil. Dos proprietários, que a sua fraca formação académica proporcionou a manutenção de um sector obsoleto. Dos operários, que a sua falta de qualificação prejudica o rendimento.

Quer dizer, enfim, das recentes alterações na zona industrial da Covilhã, já perceptíveis mas eventualmente só compreensíveis num espaço outro que não a «Manchester Portuguesa da Lã»?...

IV. «MUDAM-SE OS TEMPOS MUDAM-SE AS VONTADES»

Luís de Camões

Conhecer as forças sociais e económicas que animam e constroem a região da Covilhã é o grande objectivo para o prosseguimento deste estudo. Para isso e na sequência das principais questões levantadas pelo trabalho desenvolvido até aqui privilegiámos, nesta fase, avançar para um en-

quadramento da região da Covilhã num processo de desigual desenvolvimento regional; na recente dinâmica do seu poder local e nas diferentes «estratégias» quotidianas localmente vividas.

A dimensão regional no desenvolvimento ...

As assimetrias regionais têm sido uma constante dos países industrializados, a partir de um desigual processo de desenvolvimento do território. Com a Revolução Industrial impõe-se a lógica dominante do mundo urbano industrial, hierarquizando o espaço e afectando-o com padrões de vida profundamente diferenciados. Os complexos problemas urbanos e os graves desequilíbrios regionais daí decorrentes acabariam por exigir uma atenção especial dos governantes, dando origem à concepção e implementação de diferentes políticas regionais e territoriais.

O rendimento *per capita* como a proporção existente entre o rendimento da região e o rendimento do país, funcionou como a primeira aproximação à detecção e correcção de desequilíbrios¹⁷. Passa-se então a valorizar as regiões em função dos seus recursos naturais inexplorados ou a explorar de uma forma mais racional. Em Portugal só nos anos 50 se começa a «dissertar» sobre as regiões deprimidas do interior e nomeadamente sobre a região da Cova da Beira, onde se impunha um melhor aproveitamento das suas potencialidades agrícolas.

Nos anos 60 opta-se, em vários países, pela implementação industrial nas zonas rurais o que permitiria, simultaneamente, descongestionar os grandes centros urbanos e afectar as regiões agrícolas com a actividade produtiva que durante muito tempo foi entendida como a principal fonte de crescimento económico: a indústria.

As várias tentativas que se têm ensaiado no sentido de minorar os efeitos perniciosos da lógica imposta com a revolução Industrial, têm sido legitimados pelos princípios humanitários com que se apresentam às populações. Só que, subjacente estão, antes de mais, os desequilíbrios como um entrave à própria capacidade de crescimento das economias nacionais. Por outro lado, têm-se progressivamente colocado as «democracias» em situações delicadas, face aos elevados custos sociais e culturais dos modelos implementados. Durante longas décadas idolatrou-se o crescimento quantitativo sem se ter em conta a dimensão humana das populações afectadas.

Na Cova da Beira nem se coloca o problema da falência dos modelos de desenvolvimento escolhidos, uma vez que estes não chegaram sequer a passar de intenções políticas até meados dos anos 70. A emigração vai então impor-se na região como resultado directo da sua prolongada incapacidade em fixar a população¹⁸. A emigração, por seu lado, vai retirar-lhe parte importante das suas potencialidades de desenvolvimento ao arrastar os sectores jovens da população. Na ausência de uma política de desenvolvimento regional a emigração contribui, assim, para desestruturar os pa-

drões demográficos e culturais da região mas também as suas capacidades produtivas, acentuando a força repulsiva. E embora a Covilhã tenha demonstrado uma maior capacidade em reter a sua população jovem, não foi capaz de imprimir essa resistência à região envolvente.

A região da Covilhã terá pago como muitas outras o preço da sua interioridade. Mas à Covilhã industrial e urbana também não correspondeu uma Covilhã capaz de proporcionar à maioria da sua população níveis de vida superiores às das restantes regiões agrícolas e pouco urbanizadas do interior do país. A sua zona de influência limitou-se muito tempo às freguesias rurais vizinhas, umas onde recrutava mão de obra a baixo custo, outras que lhe forneciam produtos agrícolas numa economia local que se limitou a uma troca desigual.

Ou o desenvolvimento na dimensão regional?

Nos anos 80, contudo, a Covilhã tem demonstrado uma dinâmica que nos distancia do ambiente fechado, compartimentado e «deprimente» que a caracterizava. Estamos convictos que também não é agora a sua indústria dominante, o têxtil, que engendra esta recente vitalidade. Há já duas décadas que a sua importância no contexto nacional vinha a diminuir em função de outras regiões do país. Segundo P. Bairock, a introdução de máquinas a vapor permitiu à indústria têxtil libertar-se de um determinismo geográfico demasiado absoluto¹⁹. O que permitiu contrariar, também, a localização privilegiada da Covilhã e que ela detinha até à modernização do sector em Portugal.

Falávamos de uma nova dinâmica que terá provavelmente a sua origem na agricultura e no desenvolvimento do terciário da região, contornando, assim, a lógica dominante urbano-industrial. Ainda segundo P. Bairock, enquanto que desde o início da Revolução Industrial e até 1940-50 a produtividade cresceu em média duas vezes mais depressa na indústria que na agricultura, desde então é o inverso ao que se assiste. Isto deve-se ao ritmo de crescimento da produtividade agrícola a partir das inovações tecnológicas desenvolvidas no sector²⁰. Por outro lado, a complexificação do secundário através da alta tecnologia tem levado à inclusão progressiva de importantes ramos deste sector no terciário.

E voltando à Covilhã, estar-se-á perante a constituição de uma sociedade rural em sentido lato²¹? Em sentido lato, porque uma economia rural não deve ser identificada com economia agrícola. O conceito de economia rural evoca um conjunto de unidades de produção de pequena dimensão económica, dispersas no espaço, o que não tem nada a ver com arcaísmo. Pode mesmo tratar-se de tecnologia de ponta, mas com relações entre as diversas actividades rurais do sistema. É um conjunto de actividades que produzem bens e serviços a partir dos recursos físicos e humanos do espaço

rural, bens e serviços consumidos ou não pela população aí residente e capaz de integrar a inovação.

Estudos sobre os «novos componentes» confirmam que o meio rural está em plena revitalização. Surge francamente aberto ao exterior e integrado no conjunto da sociedade urbana e industrial. Só que o facto de pertencer a uma colectividade local de tipo rural parece proporcionar um modo de vida e de sociabilidade diferente do engendrado pelo enquadramento urbano. A relação com o território é específica e os conflitos são aí diferentemente apreendidos e geridos.

A «socialização» do poder local

Afirmar que o desenvolvimento regional se deve organizar em torno das preocupações, problemas ou ambições locais, que os municípios não podem mais funcionar como mero suporte das deliberações do poder central, torna-se hoje um lugar comum. Parte-se do princípio de que o poder local detém e exige uma autonomia capaz de contornar as imposições governamentais, não se limitando, portanto, a um seu receptor passivo.

Tem-se assistido a partir dos anos 60 a políticas de racionalização da estrutura administrativa de muitos Estados, com transferência de algumas competências²². Em Portugal só com o 25 de Abril puderam os municípios «aprender» o exercício do poder local, embora com graves entraves à sua capacidade de actuação, com realce para as dificuldades financeiras que se agravam desde 1978.

No entanto, o entendimento do poder local não pode confinar-se ao exercício institucional desse poder e à sua maior ou menor autonomia financeira. De facto, o papel dos grupos profissionais, sociais, políticos e económicos, ou simplesmente o poder carismático e individual, as relações de proximidade e cumplicidade, de influência ou de conflitos, conferem ao exercício do poder local uma complexa especificidade de formas e conteúdos, não dedutíveis da lógica de funcionamento do poder central.

Ch. de Lauwe avança que é ao nível local que se pode fazer uma verdadeira experimentação da democracia, através da tomada de consciência e da participação dos grupos sem poder²³. Isso não é, contudo, tarefa fácil em regiões como a da Covilhã, onde a sobrevivência dos indivíduos foi durante muito tempo um problema quotidianamente vivido e onde o analfabetismo e a não participação cívica coincidiam com uma política deliberada para sua manutenção.

Quando a pobreza se torna miséria as aspirações não podem mais manifestar-se e é preciso, segundo Ch. de Lauwe, adquirir uma certa liberdade material para poder escolher livremente. Ao passar de um comportamento de preocupação a um de interesse livre as aspirações mudam de nível e de natureza²⁴. A indiferença não é senão uma manifestação de impotência, como defende P. Bourdieu. A propensão para transferir os interesses e

experiências para a ordem do discurso político depende muito estreitamente do capital escolar e da estrutura do capital global²⁵. Salazar compreendeu-o bem e defendeu enquanto pode a manutenção da tradicional ordem e submissão do povo português. Tal como pode ler-se no preâmbulo de um decreto saído do seu governo, o analfabetismo deve-se ao facto de o nosso povo «pela riqueza instintiva, pela condição da sua existência e da sua actividade, não sentir necessidade de saber ler»²⁶.

A questão das necessidades e aspirações aqui subjacente é um elemento indispensável na afectação do espaço em bens e serviços. No que ao Estado diz respeito, as suas directrizes, adoptadas localmente pelos órgãos municipais, não raro proporcionam o privilégio a sectores restritos da população. Tem predominado a óptica económica onde as necessidades são universais e imutáveis. Identificam-se assim necessidades colectivas e hierarquizam-se por ordem de importância, segundo normas previamente estipuladas. A extensão destas normas à generalidade dos casos «significa» a igualdade de tratamento dos indivíduos e das regiões em todo o território, mas onde a especialização dos equipamentos interessa apenas a uma pequena parte da população, podendo mesmo ser o suporte de desigualdades de origem socio-cultural.

Desde os princípios do século que a Covilhã dispõe de cinema e de um orfeão, inaugurados na altura com a devida «pompa e circunstância». Entretanto só nos anos 60 é criado o Liceu Nacional da Covilhã e até então é o hospital da cidade o único equipamento usufruído pela maioria da população da região da Cova da Beira. Um já longo e rico processo de desmontagem dos princípios desigualitários da escola poderá contribuir para um mais profundo conhecimento de outros sectores da vida social e cultural das populações.

Identidade/Solidariedade: um compromisso instável

Parece impor-se hoje na Covilhã uma segregação espacialmente bem visível, afectando sobretudo os aglomerados onde o desemprego industrial mais se fez sentir. É o caso típico de Aldeia de Carvalho que concentra uma população entendida social e politicamente como marginal, provavelmente detentora dos mais baixos níveis escolares e de qualificação. Entretanto, uma classe média em expansão e «novos» proprietários agrícolas parecem demonstrar uma importante capacidade reivindicativa e de intervenção na afectação dos espaços. De entre estes «novos proprietários os emigrantes regressados têm ocupado um papel de relevo, como é sugerido num estudo realizado por M. Reis e G. Nave sobre a freguesia da Meimoa:

O intenso e socialmente diversificado fenómeno emigratório provocou o enfraquecimento da pressão sobre a terra numa estrutura fundiária onde a pequena, média e grande propriedade coe-

xistiam. A disponibilidade da terra assim originada permitiu uma nitida retracção do arrendamento, como principal modalidade de explorações agrícola. Após um período em que as terras ficaram ao abandono, o emigrante procura hoje reiniciar a sua actividade, mas enquanto proprietário, revitalizando a exploração agrícola familiar. A experiência com novas actividades e o contacto além fronteiras não conduziu à desvalorização social da actividade agrícola o que se vai também reflectir no projecto de vida para os filhos. Embora não se opondo abertamente à via escolar como forma de «saída» e de mobilidade social, demonstram uma efectiva ausência de pressão para que a formação escolar dos filhos se concretize²⁷.

Para além desta revitalização na exploração agrícola, o emigrante tem também substancialmente contribuído para o crescimento de um já grande número de novas habitações que aguardam desabitadas o seu regresso definitivo. A paisagem da região indica hoje melhorias significativas no nível de vida da população, face ao abandono das terras e ao negro e degradado das antigas habitações que a caracterizavam.

As questões aqui subjacentes parecem-nos importantes para descortinar um eventual sentimento de pertença que funcione como elemento dinâmico do desenvolvimento local. Ou seja, de uma identidade sócio-política do poder local que, e de novo com Ch. de Lauwe, procura encontrar a sua força na especificidade territorial das necessidades, aspirações e identidades e na organização de uma base de apoio das «classes sociais locais», com fortes consensos interclassistas. Consenso que, entre múltiplos «desejos» em presença, se insere num sistema de valores próprios a uma sociedade, a um meio ou a um grupo, mas também na charneira do pessoal e do social... E enquanto projecto que orienta para a acção, as diferentes aspirações só serão apreendidas no seu contexto cultural como um tolo complexo partilhado pelos membros do colectivo²⁸.

À procura do quotidiano...

Perceber o espaço local, enquanto espaço de criação acção dos sujeitos mostra-se imprescindível para uma mais profunda compreensão das relações sociais. As relações quotidianas, essas, remetem-nos para um nível mais subjectivo, o nível das relações inter-pessoais que se jogam na apropriação quotidianamente repetida do espaço vivido pelos sujeitos. Há toda uma dimensão cultural e simbólica das práticas individuais e que só a sua história poderá ajudar a deslindar. Não se trata, no entanto, de entender uma vinculação linear entre um espaço físico e uma forma de vida, como que desligado do contexto social. É necessário, como tão bem o demonstra J. Remy, fazer as hipóteses de *feed-back*²⁹.

A frustração e oposição recíprocas de uma heterogeneidade social, a aproximação social na instância discreta mas implícita das relações de vizinhança, ou as relações de sociabilidade produzidas a todos os níveis da vida local, apresentam-se como dimensões fundamentais para uma maior aproximação à realidade em estudo. A região da Covilhã é também um lugar que produz e transforma modos de vida e por eles é continuamente recusada. Desvendar a sua trama social será, assim, uma outra história por contar.

NOTAS

¹ J. Almeida, I. Castel' Branco, 1985, «Covilhã: problemas económicos e urbanos», p. 339, in *Jornadas da Beira Interior*, Tomo II, organizado e editado pelo *Jornal do Fundão*.

² M. Cabral, 1979, *Portugal na alvorada do séc. XX*, Lisboa, A regra do jogo, p. 339.

³ A. Ingerson, 1982, história cultural e comparada da indústria — têxtil no Vale do Ave», in *Análise Social*, n.º 72-73-74, Lisboa, I.C.S., pp. 1468-1472.

⁴ V. Godinho, citado por R. Delgado, 1984, *No centenário da Escola Industrial Campos Melo na Covilhã*, (1884-1984), Covilhã, Ed. do autor, p. 16.

⁵ *Ibidem*.

⁶ A. Sousa, E. Freitas, 1974, *Subsídios para uma análise da população activa operária em Portugal*, Lisboa, G. I. S., coll. Cadernos, pp. 14-25.

⁷ A. Ingerson, 1982, *op. cit.*, pp. 1471-1486.

⁸ M. Cabral, 1979, *op. cit.*, p. 283.

⁹ A. Ingerson, 1982, *op. cit.*, p. 1486-1487.

¹⁰ *A região centro em mapas e números*, (sem indicação do autor), 1983, C. C. R. E., Ministério da Administração Interna.

¹¹ *Reorganização da indústria de lanifícios e a criação de novas indústrias na Cova de Beira*, (sem indicação do autor), 1973, C. P. R. E., Ministério da Administração Interna, p. 2.

¹² M. Santos, M. Lima, V. Ferreira, 1976, *O 25 de Abril e as lutas sociais nas empresas*, Porto, Afrontamento, pp. 105-106.

¹³ A. Romão, 1983, *Portugal face à C. E. E. Uma avaliação global do processo de integração económica (1960/80)*, Lisboa, Livros Horizonte, T. 3 XXI.

¹⁴ C. Estevão, Outros, 1982, *Report on regional disparities and regional problems in Portugal*, I. E. D., Lisboa, policopiado, p. 40 a.

¹⁵ M. Rodrigues, 1987, *Pour une alternative aux approches du marché du travail: le système d'emploi*, Tese de Doutoramento em ciências Económicas, Sorbona, p. 166.

¹⁶ R. Proença, (1940?), *Guia de Portugal*, vol. III, Tomo 2, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2.ª Edição 1984, p. 725.

¹⁷ J. Lajugie, P. Delfaud, C. Lacour, 1979, *Espace régional et aménagement du terroir*, Paris, Précis Dalloz, p. 70.

¹⁸ M. Silva, Outros, 1984, *Retorno, emigração e desenvolvimento em Portugal*, Lisboa, I. E. D., pp. 187-149.

¹⁹ P. Bairoch, 1985, *De Jéricho à Mexico. Villes et économie dans l'histoire*, Paris, Ed. Gallimard, p. 343.

²⁰ *Ibidem*, p. 646.

²¹ «Le rural mort ou vif?» (sem indicação do autor), 1982, in *Pour*, n.º especial, pp. 21-24.

²² B. Poche, 1985, «Une définition sociologique de la région», in *Cahiers Internationaux de Sociologie*, vol. LXXIX, Paris, p. 226.

- ²³ Ch. Lauwe, (direcção de), 1981, *Transformations sociales et dynamiques culturelle*, Paris, c. N. R. S., p. 207.
- ²⁴ Ch. Lauwe, 1971, *Pour une sociologie des aspirations*, Paris, Ed. Denoël, pp. 37-46.
- ²⁵ P. Bourdieu, 1982, *La distinction*, Paris, Ed. Minuit, pp. 473-490.
- ²⁶ Citado por R. Gal, 1979, *História da Educação*, Lisboa, Ed. Vega, p. 153.
- ²⁷ M. Reis, G. Nave, 1986, *Sociologia — Problemas e Práticas*, n.º 1, C. I. E. S., Lisboa, Relógio d'Água Ed., pp. 74-82.
- ²⁸ Ch. Lauwe, 1971, *op. cit.*, p. 57.
- ²⁹ J. Remy, L. Voyer, 1976, *La ciudad y la urbanización*, Madrid, Nuevo Urbanismo, pp. 7-80.